

5. Gênero, Sexualidade e Religiões

Maternidade e juventude: uma reflexão antropológica sobre o tema com uma interlocutora campo-grandense

Beatriz Barbosa Nunes ¹
Maria Raquel da Cruz Duran ²

1. INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema da pesquisa surgiu a partir de uma vivência pessoal, em que pude refletir sobre os comportamentos e interpretações culturais dentro da minha própria família, quando uma parente próxima, minha irmã, mulher cisgenêra e parda, se torna mãe aos 19 anos, proporcionando reflexões sobre as questões acerca de maternidade e juventude, em diversos aspectos como gênero, raça, classe social, política e questões culturais. A partir da antropologia, quero pensar a maternidade das mães jovens, este é meu foco.

Sobre esse termo, é necessário estabelecer o jovem no Brasil. De acordo como Estatuto da Juventude, dos princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude, são considerados jovens aqueles entre 15 e 29 anos, conforme Art. 1º, § 1º da lei 8069/1990. Nesse sentido, chamo a atenção para a busca pela compreensão do universo da juventude no âmbito antropológico. Alexandre Barbosa Pereira (2007), aponta que a juventude não depende apenas da faixa etária, mas também de gênero, visto que:

O tempo transcorreria de maneira diferente para a maioria das mulheres em relação à maioria dos homens (...) a questão da maternidade como um elemento relevante para a definição desta temporalidade diferenciada, pois ela não alteraria apenas o corpo, mas também o modo como elas desfrutariam e configurariam a sua juventude (PEREIRA, 2007 p.5).

No âmbito de gênero, a definição de Lia Zanotta Machado (2014)

Se há um consenso hoje nos estudos de gênero é que não há uma constância da definição do que é masculino, do que é feminino, do que é heterossexual e do que é homossexual. São construções sociais e culturais mutáveis, não determinadas pela fundação biológica ou pelo determinismo cultural.

¹ Acadêmica do Curso de Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Campo Grande (MS), Brasil. E-mail para contato: b.barbosa@ufms.br

² Doutora em Antropologia Social da Universidade de São Paulo (USP, 2017), docente da Faculdade de Ciências Humanas (FACH) e no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS), ambos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: raquel.duran@ufms.br

Sendo assim, as identificações de gênero são processos que supõem diversidade cultural societária. Quando a gravidez ocorre de forma considerada precoce, a maternidade pode ser observada por diversos fatores, incluindo a saúde física e mental, causas emocionais como a pressão psicológica que possa ocorrer por parte da família ou parceiros, tudo influencia em como será configurada a juventude em junção com a maternidade, e vice-versa.

A década de 1960 foi a década da revolução sexual, da minissaia, do amor livre e do sonho de uma vida feliz e prazerosa (ALVES, 2018). Essa revolução trouxe a possibilidade de poder escolher se prevenir de uma gravidez indesejada, principalmente pela questão de o aborto ainda ser crime no Brasil desde 1940, conforme art. 124 a 126 do código penal brasileiro.

Luc Boltanski (2012), descreve o aborto a partir de determinadas propriedades sendo “uma segunda propriedade do aborto é ser, geralmente, objeto de *reprovação*. É muito raro que o aborto seja *a priori* aceito, inclusive nas sociedades em que sua prática é frequente”. Atualmente muito se fala sobre a ideia culturalmente imposta de ser algo “vergonhoso” ou ainda visto como “pecado”, contrário a vontade de Deus, segundo algumas interpretações da Bíblia. Porém, a saúde de quem está gestando é afetada nesses casos, às vezes o próprio direito à vida, pois a mulher não possui total controle sobre o que acontece no seu corpo, neste tema; há a violência do patriarcado³, pois uma das questões do aborto ao falar de maternidade retrata questões de violência contra o corpo da mulher e relações impostas de gênero e poder.

2. DESENVOLVIMENTO

Como metodologia para abordar esse tema utilizaremos o estudo de caso, a partir da entrevista com a interlocutora campo grandense, da etnografia e da descrição densa (GEERTZ, 2008). O olhar antropológico será o norte da nossa pesquisa: “A proposta da antropologia é entender as sociedades a partir de um olhar interior, ou seja, o conhecimento é gerado pelos “olhos” do outro” (AGUIAR, 2015, p.9). Para tal, utilizaremos a etnografia e o trabalho de campo como métodos.

A etnografia ascendeu na consideração dos acadêmicos, por causa desse cuidado empirista que enfatiza a qualidade dos dados: a coleta é uma tarefa

³ “No entanto, patriarcado é uma força institucionalizada. Esta definição evita homogeneizar compreensões. Patriarcado não se mostra em todos os lugares, em todos os contextos, em todos os ambientes, do mesmo jeito e com a mesma força (GIMENEZ & HANZ, 2018, p.9)”

complexa que deve ser realizada por um sujeito especialmente treinado, e de preferência pelo mesmo sujeito que se ocupará depois da interpretação dos dados. Isso consagra o trabalho de campo como um dever do próprio antropólogo (SAÉZ, 2013, p.42).

A etnografia, interpretada por Clifford Geertz (2008), enfrenta uma multiplicidade de estruturas “ [...] que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas, e que ele tem que, de alguma forma aprender e depois apresentar” (GEERTZ, 2008, p.20). Sendo necessário procurar entender o significado do que está sendo transmitido, objetivando o alargamento do universo do discurso humano, por isso:

Como sistemas entrelaçados de signos interpretáveis (o que eu chamaria símbolos, ignorando as utilizações provinciais), a cultura não é um poder, algo ao qual podem ser atribuídos casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual elas podem ser descritas de forma inteligível – isto é, descritos com densidade. (GEERTZ, 2008, p.24)

Dessa forma, viso compreender como a cultura expõe sua normalidade, sem reduzir sua particularidade (GEERTZ, 2008), buscando uma interpretação sobre algo a partir da nossa própria realidade e do próprio comportamento adquirido em sociedade. Sendo assim, a descrição etnográfica é interpretativa e “a cultura é pública porque o significado o é” (GEERTZ, 2008, p.22).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da problemática exposta, o intuito é proporcionar uma reflexão antropológica e debate acerca da maternidade e da juventude, sendo que ambas possuem um efeito uma sobre a outra, podendo ser estudadas a partir da perspectiva antropológica, de como é lidar com a maternidade na juventude e como é lidar com a juventude quando uma mulher jovem se torna mãe.

Sendo assim, compreendo a pesquisa como relevante por evidenciar como foi uma experiência particular, para a partir dela, conforme Geertz (2008), expor a sensação de normalidade de nossa cultura, expressando em nossa interpretação seus entremeios, significados, agencialidades, dilemas, etc.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Rodrigo Simas. **Antropologia Sociocultural**. Editora UFGD, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/3075/1/antropologia-sociocultural.pdf>. Acesso em: 19/05/2024.

ALVES, José Eustáquio Diniz. **O nascimento da pílula anticoncepcional e a revolução sexual e reprodutiva**. 2018. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2018/11/26/o-nascimento-da-pilula-anticoncepcional-e-a-revolucao-sexual-e-reprodutiva-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>. Acesso em: 17/10/2023.

BOLTANSKI, Luc. **As dimensões antropológicas do aborto**. 05 Jul 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/RDqXkbmvKhrGTM9tJnzNp9S/>. Acesso em: 24/04/2024.

BRASIL. Código Penal. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente: Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. BRASIL.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1ª edição. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 2008.

GIMENEZ, C.P.C; HAHN, N.B. **A CULTURA PATRIARCAL, VIOLÊNCIA DE GÊNERO E A CONSCIÊNCIA DE NOVOS DIREITOS: UM OLHAR A PARTIR DO DIREITO FRATERNAL**. Revista Paradigma, Ribeirão Preto-SP, a. XXIII, v. 27, n. 2, p. 110-129, mai/ago. 2018.

MACHADO, Lia Zanotta. **Interfaces e deslocamentos: feminismos, direitos, sexualidades e antropologia**. Jan-Jun, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/4SHSgFyjrxykYRLppmjLBZC/>. Acesso em: 01/05/2024.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais**. Julho, 2007. Disponível em: https://nau.fflch.usp.br/files/upload/paginas/Artigo-Alexandre-Barbosa-Pereira_0.pdf. Acesso em: 01/05/2024.

SÁEZ, O.C. **Esse obscuro objeto da pesquisa**. Um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. 1ª edição. P.2-224. Ilha de Santa Catarina, 2013.